



Ata da 6ª Reunião Ordinária– biênio 2015-2017

Data: 17/02/2016

Horário: 16 horas

Local: Auditório da Unidam

Membros presentes: Cassiano Orlato, Eduardo Alvarez, Elci Maciejezack Bossi, Hanah Souza, José Cássio Catossi, Lourival Dantas Fagundes, Nivaldo Callegari, Paula de Castro Siqueira, Sílvia Vieira Cabrera Merlo, Thiago Cavalli, Yone Guatta Candioto.

Pauta:

- Aprovação das Atas anteriores;
- Contribuição do Conselho ao processo do PD;
- Encaminhamento de 2 processos para análise e parecer da Câmara Técnica de Uso e Ocupação do Solo;
- Ocupação de vaga aberta no Conselho;
- Fundação;
- Ações competentes ao Conselho para bloqueio, controle e monitoramento de acesso e visita à Serra;
- Ações competentes ao Conselho para fiscalização de construções irregulares e ilegais;
- Outros assuntos.

A reunião teve início às 16h20. A Sra. Presidente Paula de Castro Siqueira deu as boas vindas aos presentes. Em seguida, procedeu à leitura da ata anterior na íntegra, para esclarecer vários pontos e considerações. Iniciou-se a leitura com as considerações da Sra. Sílvia Merlo. Decidiu-se que as alterações solicitadas serão realizadas e a ATA será enviada por e-mail a todos os Conselheiros, sem necessidade de voltar à plenária. (A Sra. Presidente fará as alterações via e-mail.) A ata foi colocada em votação com as alterações propostas. A conselheira Sílvia Merlo observou que tem alguns outros pareceres a serem incluídos na ata e pediu que seja completada, colocando-se o nome e sobrenome das pessoas. Observou, ainda, que esta ata deverá ser absolutamente detalhada, em função do teor dos assuntos tratados. A Sra. Paula de Castro Siqueira falou sobre uma reportagem em jornal da região sobre uma denúncia do PCB (Partido Comunista do Brasil) ao Ministério Público, através de seu presidente Cesar Tayar, solicitando suspensão de loteamentos na Serra. (de município em jornal da região). A Sra. Sílvia explicou em detalhes o teor da notícia veiculada pelo Sr. Cesar Tayar. Enalteceu a cautela do Conselho de Gestão em ter consultado o Ministério Público para a análise dos processos, frisando as críticas recebidas no transcorrer destas análises. O conselho tem que estar sempre seguro das decisões assumidas. A Sra. Presidente procedeu à leitura de dois ofícios elaborados: 1º - Ofício nº 013/2016 - vinculação do programa de educação ambiental dos moradores atrelado à emissão da certidão ambiental do loteamento. A Sra. Yone Candioto questionou sobre a aquisição de área na Morangaba e sobre a compra para o loteamento da Santa Clara. A conselheira Hanah Souza informou que houve iniciativa para o treinamento junto aos moradores. A Sra. Paula de Castro Siqueira falou sobre os processos para análise de Câmara Técnica, agilizando os pareceres dos processos, antes das reuniões ordinárias. Na sequência, procedeu à leitura dos títulos dos processos a serem analisados. A Sra. Sílvia ficou responsável por agendar a reunião da CT. A Sra. Presidente falou sobre a ausência da conselheira Romilda, que pediu desligamento, e em seguida procedeu à leitura do Ofício nº 015/2016, endereçado à SMPMA. Solicitou parecer do Conselho para o encaminhamento do ofício. A Sra. Paula esclareceu sobre a constituição do Conselho de Gestão da Serra do Japi e esclareceu que conforme Regimento Interno e Lei 417/2004, seriam 04(quatro) suplentes, sendo 01(um) de cada Grupo, porém, estando hoje com apenas um suplente, representando a PMJ. Procedeu à leitura do ofício, solicitando auxílio à SMPMA, o qual foi



aprovado pelos presentes. O conselheiro Thiago Cavalli disse que os representantes de cada segmento tem que estar presentes. A Sra. Sílvia Merlo falou sobre a Missão Belém e sugeriu que o artigo do jornal seja juntado ao processo do inquérito civil, onde um interno fala sobre o contexto da missão. Será transmitido a todos os conselheiros, o teor da reportagem. A Sra. Paula de Castro Siqueira solicitou parecer dos presentes e recebeu aprovação unânime. A Sra. Presidente falou sobre o plano de trabalho e as ações que estão sendo feitas. Informou sobre o ofício nº 017/2016 e procedeu a sua leitura. A Sra. Yone falou sobre os ofícios e sugeriu a entrega pessoal ao Secretário de Obras, sugerindo também a inclusão do Secretário de Comércio. A Sra. Paula falou sobre a lei que autoriza a Guarda Municipal a atuar com poder de polícia e fiscalização de obras. A Sra. Sílvia falou sobre a dificuldade de aprovação por conflito de interesses entre o Município e o Estado. A Sra. Hanah falou sobre a elaboração de um ofício para esclarecer competências. A Sra. Sílvia Merlo discorreu sobre as competências no enfoque ambiental. O conselheiro Thiago questionou sobre o teor da lei e as divergências pela PM / GM na arrecadação das multas. A Sra. Sílvia explicou o processo legal. O Sr. Thiago falou sobre a competência de cada órgão e a conselheira Sílvia da competência administrativa da GM. A sugestão é para uma análise e estudo em CT sobre o assunto. O conselheiro Thiago concordou que o policial militar obedece às legislações Estadual e Federal. A Sra. Hanah observou que se deve deixar claro as competências de cada órgão. A Sra. Sílvia falou sobre as considerações enviadas à GM sobre a abrangência da lei, fazendo menção para que a mesma abrangesse, também, as áreas de mananciais. A Sra. Presidente falou sobre o Conselho de Gestão da Serra do Japi, a Lei Complementar nº 417/2004 e o Plano Diretor Participativo, para melhor elaboração de novo ofício de nº 016/2016. Lembrou a respeito da Lei Complementar nº 358/2002, que trata das zonas especiais de regularização fundiária de interesse específico, destacando a importância de não anistiar novos possíveis loteamentos irregulares no território da Serra que não estejam contemplados pela Lei 358/2002. A Sra. Sílvia colaborou com o ofício da Associação Amigos de Bairro da Santa Clara já respondendo ao questionário da Secretária de Planejamento e Meio Ambiente, Daniela da Câmara. Discorreu, também, sobre a revogação de alguns dispositivos da LC nº 358. A Sra. Presidente falou sobre o prazo de propostas e análises dos conteúdos e procedeu à leitura do Ofício nº 016. A Sra. Sílvia lembrou sobre as divergências sobre o Plano Diretor. A Sra. Paula enviará a minuta para a Sra. Sílvia para melhor elaboração. A conselheira Sílvia falou sobre a Lei Complementar nº 417/2004 dentro do Plano Diretor. O conselheiro Thiago destacou o artigo 40 – Baixa renda e sugeriu não ser aplicado na Serra do Japi, evitando a criação de zona de regularização fundiária. O professor Eduardo Alvarez convidou os presentes para seminário na Câmara Municipal. A Sra. Paula sugeriu uma discussão específica sobre os artigos 49 e 81. A reunião foi encerrada às 18h05 e eu, José Cássio Catossi, lavrei a presente ata.

CASSIANO ORLATO	
EDUARDO ALVAREZ	
ELCI MACIEJEZACK BOSSI	
HANAH SOUZA	
JOSÉ CÁSSIO CATOSSO	



PAULA DE CASTRO SIQUEIRA	
NIVALDO CALLEGARI	
SÍLVIA VIEIRA CABRERA MERLO	
THIAGO CAVALLI	
YONE GUATTA CANDIOTTO	